



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
Av. dos Portugueses, 1966, - Bairro Vila Bacanga, São Luís/MA, CEP 65080-805  
Telefone: (98) 3272-8000 - <https://www.ufma.br>

Contrato nº 101/2026/FUMA/OEG/PPGT/UFMA/CCON/PPGT

Processo nº 23115.018946/2025-05

**Unidade Gestora: 154041 - UFMA (AGETIC)**

**CONTRATO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTÍNUO SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA PARA INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA DE REDE DE DADOS (CABEAMENTO METÁLICO, TELEFÔNICO, AUDIOVISUAL, ÓPTICO E ELÉTRICO) QUE CELEBRAM ENTRE SI A UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO E A HC COMUNICACAO DE DADOS LTDA.**

A **FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO - UFMA**, com sede na Avenida dos Portugueses, nº 1966, Cidade Universitária Dom Delgado, Bairro Bacanga, Edifício Castelo Branco, CEP: 65080-805, inscrito no CNPJ sob o nº 06.279.103/0001-19, neste ato representado pelo Magnífico Reitor **Fernando Carvalho Silva**, nomeado pelo Decreto S/N de 09/11/2023, publicada em 10/11/2023, e em conformidade com as atribuições que lhe foram delegadas, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a **HC COMUNICACAO DE DADOS LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.202.938/0001-08, sediada na SHN QD. 01 Conj. A, bloco A, entrada A, sala 521, na cidade de Brasília/DF, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado por **Francisco Gomes Pedrosa**, conforme atos constitutivos da empresa, tendo em vista o que consta no Processo nº 23115.018946/2025-05 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) Pregão Eletrônico nº 90022/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

## **1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços especializados para prestação de serviço contínuo sem dedicação exclusiva de mão de obra para instalação e manutenção da infraestrutura de rede de dados (cabeamento metálico, telefônico, audiovisual, óptico e elétrico), nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	Instalação de malha de aterramento	2135	Unidade	20	R\$ 2.050,00	R\$ 41.000,00
2	Instalação de novo circuito elétrico com eletroduto	21687	Unidade	100	R\$ 1.120,00	R\$ 112.000,00
3	Instalação de novo circuito elétrico com canaleta	21687	Unidade	200	R\$ 1.180,00	R\$ 236.000,00
4	Instalação de novo ponto elétrico	21687	Unidade	1.500	R\$ 300,00	R\$ 450.000,00
5	Manutenção de ponto elétrico	21687	Unidade	200	R\$ 120,00	R\$ 24.000,00
6	Instalação de novo circuito elétrico em área externa	21687	Unidade	50	R\$ 1.320,00	R\$ 66.000,00
7	Instalação de quadro elétrico monofásico	21687	Unidade	20	R\$ 1.800,00	R\$ 36.000,00
8	Instalação de quadro elétrico trifásico	21687	Unidade	30	R\$ 4.690,00	R\$ 140.700,00
9	Instalação de dispositivos de proteção contra surtos	21687	Unidade	100	R\$ 220,00	R\$ 22.000,00
10	Instalação de suporte para projetor com gaiola de segurança	5835	Unidade	200	R\$ 1.650,00	R\$ 330.000,00
11	Instalação de gaiola de segurança universal para projetor	5835	Unidade	100	R\$ 750,00	R\$ 75.000,00
12	Instalação de cabo de vídeo HDMI	5835	Unidade	150	R\$ 350,00	R\$ 52.500,00
13	Manutenção de projetor multimídia	5835	Unidade	300	R\$ 200,00	R\$ 60.000,00
14	Instalação de cabo de áudio balanceado	13757	Metro	1.000	R\$ 17,00	R\$ 17.000,00
15	Instalação de cabo de áudio tipo 1	13757	Metro	500	R\$ 20,00	R\$ 10.000,00

16	Instalação de cabo de áudio tipo 2	13757	Metro	500	R\$ 22,00	R\$ 11.000,00
17	Instalação/manutenção de conector de áudio	13757	Unidade	200	R\$ 50,00	R\$ 10.000,00
18	Instalação de cabo com 4 fibras ópticas multimodo (MMF) em ambiente interno	13692	Unidade	2.000	R\$ 28,00	R\$ 56.000,00
19	Instalação de cabo com 12 fibras ópticas monomodo (SMF) em estrutura aérea autossustentada	13692	Unidade	5.000	R\$ 27,00	R\$ 135.000,00
20	Instalação de cabo com 36 fibras ópticas monomodo (SMF) em estrutura aérea autosustentada	13692	Unidade	5.000	R\$ 35,00	R\$ 175.000,00
21	Instalação de cabo de fibra óptica monomodo (SMF) de 4 fibras em estrutura subterrânea	13692	Unidade	5.000	R\$ 24,00	R\$ 120.000,00
22	Instalação de cabo de fibra óptica monomodo (SMF) de 12 fibras em estrutura subterrânea	13692	Unidade	5.000	R\$ 28,00	R\$ 140.000,00
23	Instalação de cabo com 4 fibras ópticas monomodo (SMF) em ambiente interno	13692	Unidade	2.000	R\$ 24,00	R\$ 48.000,00
24	Instalação de ponto de terminação óptica tipo mini DIO	27570	Unidade	50	R\$ 600,00	R\$ 30.000,00
25	Instalação de distribuidor interno óptico (DIO) tipo 1	27570	Unidade	15	R\$ 2.790,00	R\$ 41.850,00
26	Instalação de distribuidor interno óptico (DIO) tipo 2	27570	Unidade	20	R\$ 3.500,00	R\$ 70.000,00
27	Instalação de caixa de emenda óptica com suporte para até 48 fibras ópticas	13692	Unidade	20	R\$ 1.100,00	R\$ 22.000,00

28	Fusão de fibra óptica	19690	Unidade	1.000	R\$ 90,00	R\$ 90.000,00
29	Certificação de link de fibra óptica	13692	Unidade	500	R\$ 40,00	R\$ 20.000,00
30	Instalação de cordão óptico multimodo (MMF)	13692	Unidade	50	R\$ 240,00	R\$ 12.000,00
31	Instalação de cordão óptico monomodo (SMF)	13692	Unidade	200	R\$ 240,00	R\$ 48.000,00
32	Extensão óptica conectorizada multimodo	13692	Unidade	100	R\$ 140,00	R\$ 14.000,00
33	Extensão óptica conectorizada monomodo	13692	Unidade	400	R\$ 160,00	R\$ 64.000,00
34	Construção de caixa de passagem tipo R1	1945	Unidade	40	R\$ 2.000,00	R\$ 80.000,00
35	Construção de caixa de passagem tipo R2	1945	Unidade	60	R\$ 2.501,00	R\$ 150.060,00
36	Construção de linha com duto simples de 40mm	2151	Metro	500	R\$ 110,00	R\$ 55.000,00
37	Construção de linha de duto simples de 100mm	2151	Metro	1.000	R\$ 150,00	R\$ 150.000,00
38	Construção de linha de duto duplo de 100mm	2151	Metro	1.000	R\$ 201,00	R\$ 201.000,00
39	Lançamento de cabeamento de rede par trançado categoria 5e (CAT5e) em canaleta /eletroduto/eletrocalha existente.	27570	Metro	30.000	R\$ 15,00	R\$ 450.000,00
40	Conectorização de cabeamento de rede par trançado categoria 5e (CAT5e) em estrutura de eletroduto existente.	27570	Unidade	300	R\$ 300,00	R\$ 90.000,00

41	Conectorização de cabeamento de rede par trançado categoria 5e (CAT5e) em estrutura de canaleta existente.	27570	Unidade	700	R\$ 300,00	R\$ 210.000,00
42	Lançamento de cabeamento de rede par trançado categoria 6 (CAT6) em canaleta /eletroduto/eletrocalha existente.	27570	Metro	50.000	R\$ 22,85	R\$ 1.142.500,00
43	Conectorização de cabeamento de rede par trançado categoria 6 (CAT6) em estrutura de canaleta existente.	27570	Unidade	1.600	R\$ 360,00	R\$ 576.000,00
44	Conectorização de cabeamento de rede par trançado categoria 6 (CAT6) em estrutura de eletroduto existente.	27570	Unidade	200	R\$ 360,00	R\$ 72.000,00
45	Manutenção de ponto de rede categoria 5e (CAT5e)	27570	Unidade	800	R\$ 200,00	R\$ 160.000,00
46	Manutenção de ponto de rede par trançado categoria 6 (CAT6)	27570	Unidade	300	R\$ 230,00	R\$ 69.000,00
47	Instalação de cabeamento de rede par trançado categoria 6 (CAT6) em estrutura aérea	27570	Ponto	50	R\$ 4.000,00	R\$ 200.000,00
48	Instalação de cabeamento de rede par trançado categoria 6 (CAT6) em estrutura subterrânea	27570	Ponto	50	R\$ 4.000,00	R\$ 200.000,00
49	Instalação de rack de parede de 12 RU	27570	Unidade	40	R\$ 2.850,00	R\$ 114.000,00
50	Instalação de rack de parede de 8 RU	27570	Unidade	10	R\$ 2.500,00	R\$ 25.000,00
51	Instalação de rack de piso de 24 RU	27570	Unidade	30	R\$ 5.000,00	R\$ 150.000,00

52	Instalação de rack de piso de 44 RU	27570	Unidade	5	R\$ 8.680,00	R\$ 43.400,00
53	Serviço de troca de rack	27570	Unidade	30	R\$ 1.000,00	R\$ 30.000,00
54	Instalação de patch cord categoria 5e (CAT5e)	27570	Unidade	250	R\$ 80,00	R\$ 20.000,00
55	Instalação de patch cord categoria 6 (CAT6)	27570	Unidade	200	R\$ 120,00	R\$ 24.000,00
56	Instalação de organizador de cabos	27570	Unidade	250	R\$ 80,00	R\$ 20.000,00
57	Recrimpagem de patch panel 24 portas	27570	Unidade	100	R\$ 410,00	R\$ 41.000,00
58	Instalação de patch panel de 24 portas categoria 5e (CAT5e)	27570	Unidade	60	R\$ 1.600,00	R\$ 96.000,00
59	Instalação de patch panel de 24 portas categoria 6 (CAT6)	27570	Unidade	100	R\$ 2.390,00	R\$ 239.000,00
60	Certificação de cabo par trançado categoria 5e (CAT5e) ou categoria 6 (CAT6)	27570	Ponto	2.500	R\$ 30,00	R\$ 75.000,00
61	Instalação de eletrocalha perfurada galvanizada tipo 1 - 50x50	21687	Unidade	120	R\$ 180,00	R\$ 21.600,00
62	Instalação de eletrocalha perfurada galvanizada tipo 2 - 100x50	21687	Unidade	150	R\$ 230,00	R\$ 34.500,00
63	Instalação de eletrocalha perfurada galvanizada tipo 3 - 150x50	21687	Unidade	60	R\$ 290,00	R\$ 17.400,00
64	Instalação de tampa de encaixe em eletrocalha galvanizada tipo 2 ou 3	21687	Unidade	100	R\$ 80,00	R\$ 8.000,00
65	Instalação de canaleta PVC tipo 1	21687	Unidade	1.000	R\$ 135,00	R\$ 135.000,00

66	Instalação de canaleta PVC tipo 2	21687	Unidade	300	R\$ 260,00	R\$ 78.000,00
67	Instalação de canaleta PVC tipo 3	21687	Unidade	100	R\$ 260,00	R\$ 26.000,00
68	Instalação de eletroduto rígido 3/4" preto	21687	Unidade	1.000	R\$ 73,50	R\$ 73.500,00
69	Instalação de eletroduto 1" soldável preto	21687	Unidade	600	R\$ 78,90	R\$ 47.340,00
70	Instalação de eletroduto rígido 3/4" cinza	21687	Unidade	100	R\$ 95,00	R\$ 9.500,00
71	Instalação de eletroduto 1" soldável cinza	21687	Unidade	80	R\$ 110,00	R\$ 8.800,00
72	Instalação de eletroduto rígido 1.1/2" com rosca	21687	Unidade	80	R\$ 150,00	R\$ 12.000,00
73	Instalação de eletroduto rígido 2" com rosca	21687	Unidade	60	R\$ 170,00	R\$ 10.200,00
74	Instalação e/ou remoção de ativo de rede em área interna	1988	Unidade	200	R\$ 230,00	R\$ 46.000,00
75	Instalação e/ou remoção de ativo de rede em área externa.	1988	Unidade	100	R\$ 260,00	R\$ 26.000,00
76	Manutenção preventiva de armário concentradores de cabos	1988	Unidade	80	R\$ 800,00	R\$ 64.000,00
77	Instalação de armário de telecom em área externa	1988	Unidade	20	R\$ 3.800,00	R\$ 76.000,00
78	Serviço de elaboração do projeto de rede (AS-BUILT)	27359	Prancha	50	R\$ 1.900,00	R\$ 95.000,00
79	Serviço de atualização de projeto de rede	27359	Prancha	50	R\$ 1.600,00	R\$ 80.000,00

80	Serviço de substituição com fornecimento de bateria 12V 5/7AH	2623	Unidade	980	R\$ 500,00	R\$ 490.000,00
81	Serviço de substituição com fornecimento de bateria 12V 18AH	2623	Unidade	160	R\$ 800,00	R\$ 128.000,00
82	Survey para implantação de equipamentos de rede sem fio	27090	Unidade	20	R\$ 450,00	R\$ 9.000,00
83	Lançamento de cabeamento telefônico CCI 2 (dois) pares em infraestrutura existente	19739	Metro	3.000	R\$ 12,56	R\$ 37.680,00
84	Conectorização de cabeamento telefônico CCI 2 (dois) pares em infraestrutura de canaleta existente	19739	Unidade	100	R\$ 200,00	R\$ 20.000,00
85	Conectorização de cabeamento telefônico CCI 2 (dois) pares em infraestrutura de eletroduto existente	19739	Unidade	100	R\$ 220,00	R\$ 22.000,00
86	Manutenção de ponto telefônico	19739	Unidade	100	R\$ 180,00	R\$ 18.000,00
87	Reparo em quadro telefônico tipo 1	19739	Unidade	50	R\$ 700,00	R\$ 35.000,00
88	Reparo em quadro telefônico tipo 2	19739	Unidade	10	R\$ 1.500,00	R\$ 15.000,00
89	Reparo em quadro telefônico tipo 3	19739	Unidade	5	R\$ 2.000,00	R\$ 10.000,00
90	Instalação de caixa de terminação óptica com suporte para até 16 fibras ópticas	13692	Unidade	30	R\$ 1.350,00	R\$ 40.500,00
91	Instalação de cabo óptico monomodo do tipo DROP TIGHT BUFFER	13692	Unidade	60.000	R\$ 7,00	R\$ 420.000,00

92	Instalação de SPLITTER ÓPTICO BALANCEADO 2X4 - G.657A	13692	Unidade	20	R\$ 450,00	R\$ 9.000,00
93	Instalação de SPLITTER ÓPTICO BALANCEADO 2X16 - G.657A	13692	Unidade	30	R\$ 800,00	R\$ 24.000,00
94	Instalação de SPLITTER ÓPTICO BALANCEADO 2X32 - G.657A	13692	Unidade	10	R\$ 3.000,00	R\$ 30.000,00
<b>TOTAL GERAL</b>						<b>R\$ 9.639.030,00</b>

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## 2. **CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano contados da assinatura do contrato, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

## 3. **CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## 4. **CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## 5. **CLÁUSULA QUINTA - PREÇO**

5.1. O valor total da contratação é de **R\$ 9.639.030,00** (Nove milhões, seiscentos e trinta e nove mil e trinta reais).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

## 6. **CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO**

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## 7. **CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE**

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos, incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.10.1. A Administração terá o prazo de 30 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 30 dias;

8.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

8.1.13. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto

pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência

Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;

9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;

9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

9.25. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;

9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

- 9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- 9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 9.35. Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica no(s) seguinte(s) local(is), conforme Anexo IV - Apêndice D - Endereços das Unidades.pdf;
- 9.36. O técnico deverá se deslocar ao local da repartição.
- 9.37. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do CONTRATANTE ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;
- 9.38. Ceder ao CONTRATANTE todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do CONTRATADO.

9.38.1. Considerando que o projeto contratado se refere a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos a que se refere o subitem acima inclui o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - GARANTIA DE EXECUÇÃO**

11.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

13.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

13.3.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os arts. 138 e 139 da mesma Lei.

13.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.4.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido de:

13.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.5.3. Indenizações e multas.

13.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.7. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.7.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.7.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.8. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta ou que atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

## **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ALTERAÇÕES**

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I - Gestão/Unidade: 154041 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO;
- II - Fonte de Recursos: 1000000000;
- III - Programa de Trabalho: 230700;
- IV - Elemento de Despesa: 339039;
- V - Plano Interno: MESBAG35DGN;
- VI - Nota de Empenho: 2026NE246;

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS**

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

## **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - PUBLICAÇÃO**

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

## **18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA- FORO**

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em São Luís, Seção Judiciária do Maranhão para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

E, para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e acordado, após ter sido lido juntamente com seu(s) anexo(s), o presente Contrato é assinado eletronicamente pelas partes.

**FERNANDO CARVALHO SILVA**

Representante da Contratante

**FRANCISCO GOMES PEDROSA**

Representante da Contratada

**VILMONES RODRIGUES LIMA**

Testemunha

# RODRIGO OTÁVIO TEIXEIRA DA SILVA

Testemunha

## Anexos:

I - Termo de Referência (1701996)

II - Edital (1701992)

III - Proposta da Contratada (1737487)



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO GOMES PEDROSA, Usuário Externo**, em 14/05/2026, às 11:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na [Lei nº14.063, de 23 de setembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO OTÁVIO TEIXEIRA DA SILVA, Usuário Externo**, em 14/05/2026, às 11:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na [Lei nº14.063, de 23 de setembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDO CARVALHO SILVA, Reitor(a)**, em 15/05/2026, às 10:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na [Lei nº14.063, de 23 de setembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **VILMONES RODRIGUES LIMA, Chefe de Gabinete**, em 15/05/2026, às 11:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na [Lei nº14.063, de 23 de setembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufma.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufma.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1914582** e o código CRC **E82D8FD0**.

Referência: Processo nº 23115.018946/2025-05

SEI nº 1914582